

Entre a África e a América do Sul: dilemas e desafios do Brasil na Cooperação Sul-Sul

COORDENADORA: Denise Cristina Vitale Ramos Mendes

Resumo:

O campo das relações internacionais tem sido marcado, desde seu advento, pela dualidade cooperação versus conflito. A questão de fundo que acompanha essa área de estudo, ao longo do último século, pode ser sintetizada na seguinte pergunta: dadas as condições específicas do ambiente internacional, marcado pela ausência de um Estado e de um governo comum, em que medida os Estados podem cooperar e evitar o conflito?

O interesse deste estudo está voltado especificamente para a posição do Brasil neste cenário, isto porque há uma lacuna no conhecimento a respeito do crescimento das atividades de cooperação brasileira no exterior, o que tem apontado para a necessidade de maior sistematização e reflexão acerca do tema no país. Ademais, diferente daquela cooperação praticada pelos países do Norte, sob a regulamentação da OCDE, não existem ainda no Brasil orientações políticas oficiais acerca dos objetivos, prioridades e critérios de distribuição (temática, geográfica ou temporal) dos recursos para a cooperação para o desenvolvimento internacional (CABRAL, 2011). Sabe-se que uma característica importante da cooperação brasileira é a natureza segmentada do quadro institucional.

O estudo do IPEA constatou que a cooperação brasileira se desenvolveu ao longo do tempo de forma descentralizada e desestruturada, onde mais de uma centena de instituições brasileiras do governo federal, entre ministérios e entidades vinculadas, vem disponibilizando expertise brasileira em setores diversos, de acordo com as solicitações que surgem dos países em desenvolvimento. Entre 2005 e 2009, foram investidos por toda administração pública federal cerca de R\$ 2.9 bilhões em valores correntes em projetos de cooperação internacional, classificados de acordo com o tipo (bilateral ou multilateral) e de acordo com a modalidade da cooperação (técnica, científica e tecnológica, bolsas de estudos para estrangeiros, ajuda humanitária, refugiados no Brasil, operações de paz e contribuições do orçamento brasileiro para organizações internacionais) (IPEA, 2010). A Agência Brasileira de Cooperação, criada em 1987, é responsável por coordenar a oferta de programas de cooperação técnica. Mas as demais modalidades da Cooperação Brasileira, como a Ajuda Humanitária ou Concessão de Bolsas foram sendo distribuídas pelos órgãos da administração federal competentes em cada área e suas direções políticas não estão claramente definidas. A fragmentação da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional representa atualmente um desafio para a sistematização dos dados sobre a cooperação prestada pelo país, o que pode comprometer o retorno político e econômico esperado destas políticas. Nesse contexto, o projeto em tela tem como objetivo analisar distintas e complementares faces da cooperação com ênfase no Sul global, buscando problematizar seus avanços e desafios.

A partir da constatação desse novo cenário internacional e das inquietações que suscita é que o presente projeto toma corpo, propondo como objeto de análise central a cooperação internacional do Brasil nas duas últimas décadas, quando da consolidação democrática do país. A indagação principal é: como se estabelece a cooperação internacional do Brasil na relação Sul-Sul, especificamente com a América do Sul e a África? Esta indagação busca responder, no âmbito da cooperação brasileira mais recente, a questões relevantes de caráter econômico, sobre políticas sociais e tecnológicas,

mecanismos de representação de interesses em organizações multilaterais, assim como questões ambientais, populacionais e de território.

A escolha do objeto deste projeto sobre o Brasil na cooperação Sul-Sul em suas relações com a América do Sul e África deve-se, entre outros fatores, a: (i) importância de desenvolver pesquisas sobre cooperação internacional, percebida tanto como tema relevante para o conhecimento intelectual e acadêmico sobre o mundo contemporâneo, quanto como tema estratégico essencial da política externa brasileira; (ii) necessidade de aprofundamento do debate científico sobre o tema da CSS, da CSS-D e da cooperação triangular no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento. (iii) fortalecimento institucional da pesquisa e formação em Relações Internacionais na Bahia; (iv) fortalecimento dos grupos de pesquisa, conforme política acadêmica para pesquisa e produção científica do CNPQ, bem como o interesse dos participantes deste projeto em dar continuidade ao estudo de Relações Internacionais na Bahia em suas respectivas universidades: UFBA e UFRB. Tendo em vista responder à complexidade temática e territorial deste estudo, a presente proposta apresenta a seguinte estrutura: (I) uma equipe interdisciplinar e interinstitucional (os integrantes são docentes de três universidades baianas, a Universidade Federal da Bahia, a proponente e a Universidade Federal do Recôncavo Baiano e (II) eixos pautados em linhas de estudo que visam aprofundar pesquisas anteriores. São dois eixos descritos a seguir, cada qual agregando subprojetos (que serão melhor detalhados no item Objetivos específicos): o primeiro eixo de pesquisa contempla estudos sobre relações de cooperação na América do Sul. O segundo eixo da pesquisa é sobre as relações de cooperação do Brasil com a África. Ambos os eixos visam estudar diversas políticas da diplomacia brasileira nas últimas décadas sobre a relação do país com aquele continente.

- Instituição/UF/País: Universidade Federal da Bahia - BA - Brasil
-
- Vigência: 01/06/2017-31/05/2020